

Brazil Economia cresceu 10,7% desde o início do Real

Rio — A economia brasileira cresceu 10,7% entre julho do ano passado (implantação do Plano Real) e março deste ano, comparado com julho de 1993 e março de 1994. O dado foi divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na avaliação dos técnicos da entidade, o desempenho foi resultado da estabilidade de preços sobre a renda disponível, o crédito, os investimentos e o emprego.

Segundo o técnico do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Almir Cronemberger, o Produto Interno Bruto (PIB) — soma de bens, mercadorias e serviços produzidos no país — poderá crescer 6% este ano.

Para atingir este índice, Cronemberger partiu da hipótese de desaceleração da economia no segundo e terceiro trimestres e a retomada no quarto do nível de crescimento registrado no último trimestre do ano passado.

Contenção — Pela análise do IBGE, a demanda no segundo trimestre será pressionada pelas altas taxas de juros, medidas de

DESEMPENHO

A previsão do crescimento do PIB este ano é de

6%

Só no primeiro trimestre a evolução chegou a

10,5%

em relação ao mesmo período de 1994

contenção ao crédito e esgotamento da capacidade de endividamento, que contribuem para a

redução da demanda interna.

Mas há o impacto contrário do aumento do salário mínimo e subsídios de categorias importantes, lembra o instituto.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE apontam um crescimento de 10,5% no PIB do primeiro trimestre em relação à igual período do ano passado.

Indústria — Segundo Cronemberger, o desempenho do PIB no primeiro trimestre deve-se principalmente ao forte crescimento do PIB industrial (que não mede a produção física, mas os valores gerados), de 14,29%, bastante superior ao de serviços (8,26%) e ao da agropecuária (7,16%).

A produção física da indústria, de acordo com o IBGE, aconteceu no primeiro trimestre pelo impacto do aumento do consumo doméstico.

As estatísticas mostram que os ramos mais ligados ao consumo foram os que mais cresceram: bebidas (43,5%), mobiliário (33,5%), matérias plásticas (30,4%) e farmacêutica (26,7%).